

BIBLIOTECA ESCOLAR E PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DE GOIÁS

TEMA LIVRE

CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA ¹

LAIS PEREIRA DE OLIVEIRA ²

RESUMO

Análise acerca das bibliotecas escolares e do profissional bibliotecário – sua importância e função – contemplando a situação de ambos em Goiás. Demonstra o funcionamento e os problemas atuais enfrentados pelas bibliotecas da rede pública estadual de ensino do Estado, bem como as tentativas de modificar essa situação, representadas pelas primeiras políticas públicas desenvolvidas para ampliar e/ou reformular as bibliotecas escolares e seu acervo. Por fim, trata das normas a nível nacional e estadual que garantem o bom funcionamento das bibliotecas e sua atuação efetiva em parceria com a escola.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Bibliotecário escolar. Políticas públicas. Educação. Goiás.

1 INTRODUÇÃO

A escola é, por convenção, o local dos primeiros ensinamentos em termos de leitura e escrita, onde o indivíduo inicia sua formação para a vida e para o mundo e dá o primeiro passo rumo à composição de seu intelecto e de sua personalidade – que o acompanharão durante toda a vida.

Para cumprir com seu papel, é imprescindível que a escola – e aqui deve-se pensar no sistema de ensino como um todo – receba o devido apoio e atenção dos órgãos governamentais, da própria sociedade e, claro, conte que com bons profissionais, comprometidos com a arte de educar. Deve-se ressaltar que a escola não atua sozinha, e é

¹ Universidade Federal de Goiás, carloseduardoufg@gmail.com.

² Universidade Federal de Goiás, laispereira2@yahoo.com.br

justamente aí que ganha espaço a figura da biblioteca escolar, enquanto suporte da atividade de ensino e instrumento de auxílio na formação dos alunos e no planejamento escolar.

Escola e biblioteca juntas podem contribuir e muito para a formação de cidadãos conscientes e auto-suficientes; para que isso ocorra, porém, a biblioteca – da mesma forma que a escola – precisa receber investimentos e contar com profissionais especializados, situação que não se comprova na realidade, e que será demonstrada a seguir com maiores detalhes.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR: IMPORTÂNCIA E FUNÇÃO

A biblioteca escolar é uma instituição inserida no âmbito da escola e que com esta se relaciona, atuando como uma ferramenta pedagógica através da disponibilização de informações a professores, alunos, demais funcionários e à comunidade escolar como um todo.

Cabe à biblioteca escolar atuar como propulsora do conhecimento, da leitura e da pesquisa, de forma a contribuir com a formação intelectual dos estudantes e seu desenvolvimento enquanto cidadãos. Isso porque é preciso acreditar

numa escola que possa formar cidadão críticos, capazes de utilizar criticamente o conhecimento construído na escola para analisar o real e, diante dele, fazerem as suas opções profissionais e políticas, de forma consciente, livre e autônoma. (SILVA, 1995, p. 18).

É nesse ponto que a biblioteca escolar deve atuar, não tomando o espaço da escola nem perdendo o seu, mas sim mediando o processo educacional e fazendo as ligações necessárias entre o ensino formal – aprendido em sala de aula – e o mundo, com todas as suas instabilidades e cobranças. Somente assim as crianças terão condições de refletir e agir conscientemente enquanto se tornam adultas e crescem num mundo cada vez mais exigente e complexo.

Diante disso, já não há como desvincular a biblioteca da escola, nem muito menos diminuir sua importância dentro do ambiente de ensino. A biblioteca é o local mais adequado para fomentar as pesquisas escolares, o estudo fora da sala de aula, a construção individual e/ou coletiva do saber, além é claro de propiciar o lazer e o entretenimento.

Torna-se evidente, então, que ao falar em ensino de qualidade há que se pensar também em espaços dinâmicos como as bibliotecas, propícios para o desenvolvimento de

habilidades e troca de experiências, que por sua vez proporcionam a geração de conhecimento, que é o objetivo final da atividade de ensino.

A função da biblioteca escolar, portanto, envolve desde a disponibilização de informação à comunidade da escola (alunos, professores e demais funcionários), até o apoio ao ensino, o incentivo à leitura e obviamente a formação do cidadão. Dessa forma

A biblioteca escolar precisa funcionar tanto como elemento de apoio no desenvolvimento das atividades curriculares, visando à melhoria da qualidade de ensino, como instrumento para a formação integral do indivíduo que é o papel final da educação (STUMPF, 1987, p. 74-75).

Complementando essa idéia e acrescentando-lhe uma terceira dimensão, Stumpf e Oliveira (1987 apud Hillesheim; Fachin, 1999, p. 69-70) consideram que além das funções educativa e cultural/social, a biblioteca escolar possui também uma função recreativa educativa, a qual está vinculada ao prazer e pode

possibilitar ao usuário modificar o seu conceito de biblioteca, através de atividades que o farão aprender a manejar e aproveitar os recursos que ela dispõe, sendo conduzido à leitura (recreativa e informativa), ao trabalho de pesquisa, ao material audiovisual, por prazer e não por obrigação.

Diante dessas afirmações, está claro que a biblioteca escolar tem um grande poder em suas mãos e é detentora de uma responsabilidade grandiosa perante a sociedade, mesmo porque ela é a primeira – entre todos os tipos de biblioteca – a se aproximar das crianças quando nos primeiros anos da escola. Se esse primeiro contato for agradável, ter-se-á um futuro leitor e o mais importante, alguém em condições de absorver as informações, assimilá-las e a partir de então gerar conhecimento. Além disso, essa criança do passado será no futuro um provável freqüentador dos demais tipos de bibliotecas e um exímio cidadão, em condições de exercer seus direitos e deveres na sociedade.

2.1 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR E SUA ATUAÇÃO NO AMBIENTE DE ENSINO

Conforme visto até aqui, a biblioteca escolar faz parte da escola e atua – ou pelo menos deveria atuar – em conjunto com esta no processo educativo, através do fornecimento de materiais informacionais à comunidade da escola, do incentivo à leitura e à pesquisa e da formação intelectual dos alunos.

Entretanto, para cumprir com seus objetivos e exercer plenamente suas funções, é imprescindível que a biblioteca escolar tenha o mínimo de estrutura – em termos de espaço físico, acervo e mobiliário – e conte com um bibliotecário no seu quadro de funcionários, profissional este habilitado para organizar o acervo, gerenciar a biblioteca, auxiliar na pesquisa, incentivar a leitura, além é claro de realizar atividades culturais com o intuito de aproximar alunos e professores da biblioteca.

O bibliotecário é uma espécie de elo que une o público em potencial existente na escola à gama de informações de que dispõe na biblioteca. Esse profissional é simplesmente essencial, ou melhor,

[...] é primordial para realizar o papel de intermediário entre o livro e o leitor, e o mesmo precisa ser um educador especialista [...]; demonstrar entusiasmo e respeito pelo ensino-aprendizagem; manter-se atualizado sobre as tendências inovadoras da educação; demonstrar preocupação pelo bom aproveitamento e realização pessoal de cada aluno; possuir capacidade de planejar e trabalhar em cooperação com todas as pessoas (diretor, professores, especialistas) que fazem parte da escola (HILLESHEIM e FACHIN, 1999, p. 70-71).

Requisitos, portanto, não faltam ao bibliotecário escolar, mesmo porque ele será um segundo professor a quem os alunos recorrerão quando necessitarem de algum livro ou precisarem fazer uma pesquisa, e também será a pessoa mais indicada para auxiliar os professores na formulação de seus planos de aula, através do fornecimento de materiais que viabilizem esse fim. Isso sem abandonar suas tarefas técnicas e administrativas, concernentes à manutenção do acervo e à administração da biblioteca.

No fim das contas, da mesma forma que a escola precisa de professores para ensinar os alunos, a biblioteca precisa de um bibliotecário para gerenciá-la, cuidar de seu acervo – promovendo-o no ambiente escolar – e até mesmo para participar do processo educacional através do fornecimento de informações a professores e alunos, do incentivo às atividades de pesquisa e leitura e do planejamento conjunto com os professores do programa de ensino.

3 RETRATO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÁS

No cadastro das escolas da rede estadual de ensino de Goiás do ano de 2008, existem 1090 escolas públicas estaduais, das quais 821 possuem biblioteca ou sala de leitura. Tanto as escolas quanto as bibliotecas convivem com diversos problemas, relacionados à falta de investimento, à infra-estrutura e à ausência de profissionais qualificados para o

manutenção das mesmas.¹

As bibliotecas escolares da rede pública estadual de ensino de Goiás, em sua maioria, não contam com boa infra-estrutura, visto que muitas ocupam espaços improvisados que funcionam como depósito de livros didáticos e que acabam servindo para outros fins que não o de espaço de leitura e pesquisa.² Antunes (1987, p. 59) descreve esta situação quando afirma que realmente existem escolas que contam com pequenos espaços, denominados por ela de “salinhas minúsculas” que nem de longe se parecem com biblioteca e ainda assim levam esse nome. Além disso

Quando existem nas escolas espaços denominados bibliotecas, estes não passam, na maioria dos casos, de verdadeiros depósitos de livros ou, o que é pior, de objetos de natureza variada, que não estão sendo empregados no momento, seja por estarem danificados, seja por terem perdido sua utilidade. (SILVA, 1995, p. 13).

Além da infra-estrutura, outro problema recorrente diz respeito ao acervo. Este, com raras exceções, é pobre e desatualizado e não conta com clássicos da literatura brasileira, que são essenciais para o contato dos alunos com a cultura nacional. O acesso aos materiais existentes também é dificultado; em certas escolas os livros são trancados em armários para evitar sua depredação, ou seja, são guardados a sete chaves para manter sua conservação, de forma que privam-se os alunos do acesso ao conhecimento. “Às vezes, a biblioteca é um armário trancado, situado numa sala de aula, ao qual os alunos só têm acesso se algum professor se dispõe a abri-lo...quando a chave é localizada.” (Ibidem)

Outro problema referente às bibliotecas escolares do Estado de Goiás é a carência de recursos humanos adequados e qualificados para atuar nessas unidades. O retrato atual é a inexistência de bibliotecários – profissionais com graduação superior e qualificação específica para atuação em bibliotecas – no lugar dos quais estão professores readaptados, com desvio de função ou próximo de se aposentarem.

Devido a essa substituição do bibliotecário pelo professor, a biblioteca escolar tem seu funcionamento prejudicado, visto que o último não possui a qualificação necessária para o exercício da função. Esse prejuízo ocorre em termos financeiros – pois o Estado investe em

1 Dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), através do censo escolar 2008.

2 Informação obtida através de entrevista com a responsável pelo Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais, Ana Maria Affonso Penna, no dia 23 de julho de 2009, e análise da reportagem do Jornal O Popular do dia 23 de março de 2009.

treinamento de professores que acabam não tendo um bom desempenho – e também de qualidade dos serviços – já que a biblioteca não desenvolve seu potencial em produtos e serviços, devido à ausência de pessoas capazes de realizar projetos para sua divulgação, bem como realizar ações culturais e outros. Como observa Fonseca (1983), portanto, “nada mais caro que um bibliotecário barato”.

Vale ressaltar que os professores responsáveis pelas bibliotecas da rede estadual – denominados de dinamizadores de bibliotecas – não possuem o conhecimento técnico inerente a área de Biblioteconomia, tais como as competências para classificar, catalogar e indexar, bem como para utilização de softwares para automação de bibliotecas, o que também afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados.

Na tentativa de qualificar os professores dinamizadores, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) ministra cursos anuais de capacitação para dinamizadores de todo o Estado e também em cidades-pólo – municípios com maior infra-estrutura para receber a comitiva de treinamento – através do Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais – ligado à Superintendência de Ensino Fundamental – e das Subsecretarias Regionais de Educação, ambos vinculados à Seduc.

Cada Subsecretaria – 38 em todo o Estado – acompanha o funcionamento das bibliotecas e o trabalho dos dinamizadores, além de receber denúncias de possíveis irregularidades e reclamações, tais como o uso da biblioteca como lugar de castigo e o seu fechamento em horário que deveria estar aberta, que partem principalmente dos dinamizadores, mas também de outros professores, pais e alunos. Os casos mais graves são encaminhados à coordenadora do Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais, e caso sejam confirmadas irregularidades, as escolas recebem advertência e perda de verbas.³

Vale ressaltar que para ser um dinamizador de bibliotecas, o professor deve apresentar um projeto e atender a alguns requisitos, conforme as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás – 2009/2010 que prevêm:

³ Informações obtidas através de entrevista realizada com a responsável pelo Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais, Anna Maria Affonso Penna, no dia 23 de julho de 2009.

a) Do Perfil do Dinamizador de Biblioteca

O dinamizador da biblioteca deverá ser um professor leitor e assumirá a coordenação do projeto de incentivo à formação de leitores da escola, responsabilizando-se por criar situações metodológicas e ambientes propícios à leitura, à pesquisa, ao hábito de leitura e incentivo aos trabalhos literários, por meio de projetos, ações e atividades motivadoras, inovadoras, lúdicas, cênicas, culturais etc;

Ser professor P-IV, preferencialmente, ou P-III;

Demonstrar habilidade com leitura, interpretação de texto e trabalho em grupo, com as diferentes faixas etárias e níveis de ensino;

Ter domínio de informática básica;

Ser responsável, solícito, organizado, dinâmico, expressivo, pontual e assíduo;

Ter interesse em elaborar, executar, monitorar e avaliar projetos de incentivo à formação de leitores;

Ter noções de organização e arquivamento de acervo bibliográfico. (SEDUC, 2009, p. 120)

O dinamizador de biblioteca, portanto,

é o professor leitor, responsável pelo projeto de incentivo à formação de leitores da escola, responsabilizando-se pela criação de situações, metodologias e ambientes propícios a leitura, crítica literária por meio de projetos, ações e atividades de estudo e pesquisa motivadoras, inovadoras, lúdicas, cênicas, etc. (Ibidem, p. 119)

Há um projeto de lei tramitando no Congresso que prevê a criação do cargo de bibliotecário nas bibliotecas escolares do país⁴, além de investimentos no acervo e no espaço físico dessas unidades. O projeto estabelece ainda, que cabe às escolas organizar o trabalho dos bibliotecários – que poderão atender várias escolas – mesmo porque há poucos profissionais formados para assumir o cargo nas diversas escolas existentes no país; além disso, partirá do governo a adequação dos bibliotecários à realidade de ensino e sua capacitação como mediadores para formação de leitores.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES NO ESTADO DE GOIÁS

Tendo em vista a precariedade das bibliotecas da rede pública de ensino do Estado de Goiás, o governo lançou no ano 2000 o Programa Cantinho de Leitura, que pode ser considerada a primeira política pública para incentivo à leitura na escola.

O Cantinho de Leitura partiu do reconhecimento do governo do Estado da carência de obras literárias nas escolas. Este foi um espaço criado dentro das salas de aula para comportar livros (no mínimo 40 títulos) de literatura infantil, destinados a alunos de 1ª a

4 As medidas estão previstas no substitutivo do deputado Alex Canziani (PTB-PR) aos projetos de Lei 3044/08, do deputado Sandes Júnior (PP-GO); e 4536/08, do deputado Marcelo Almeida (PMDB-PR).

4ª série. O objetivo do programa era disponibilizar o acervo a qualquer hora para professores e alunos, sem que fosse necessária a intermediação de um funcionário.

Para aquisição das obras, foi elaborada por especialistas uma lista de obras literárias as quais foram selecionadas pelas escolas conforme suas necessidades e compradas na Feira de Livros realizada pela Seduc em junho de 2000.

Dando continuidade ao Programa Cantinho de Leitura, a Seduc criou no ano de 2001 o Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais, com o intuito de adquirir obras de qualidade visando à formação de acervos para as bibliotecas escolares do Estado. Diferentemente do anterior, este programa foi criado para atender alunos de 5ª a 8ª série e do Ensino Médio. Primava, portanto, pela aquisição de livros literários, de apoio ao professor e livros informativos das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Sociologia, Filosofia, Geografia, História, Ciências, Artes e Educação Física. A aquisição das obras foi feita na Feira de Livros para Bibliotecas das Escolas Estaduais, em outubro de 2001.

Em 2002, teve início o processo de orientação e capacitação dos professores, com o intuito de preparar os materiais adquiridos nos programas anteriores para sua efetiva utilização por parte dos alunos e professores.

No ano de 2005, com a realização da 1ª Bienal do Livro de Goiás, foi elaborado um novo catálogo pela Seduc para compra de livros para os projetos já existentes – Cantinho de Leitura e Programa de Bibliotecas Estaduais.

A partir de 2009, a política do Estado em relação às bibliotecas escolares novamente foi direcionada para a capacitação e orientação dos professores dinamizadores e para a conscientização da importância e do uso da biblioteca escolar. Essa capacitação foi realizada durante a 2ª Bienal do Livro de Goiás, através de minicursos e troca de experiências entre os professores, na qual foi lançado o livro “Biblioteca Escolar: uma ponte para o conhecimento”, que serviu de embasamento teórico para os dinamizadores.

Atualmente, a maior parte do acervo das bibliotecas escolares provém de programas do governo federal, como o Programa Biblioteca na Escola (PNBE), que distribui obras de literatura, pesquisa e referência para escolas públicas de todo o país, desde que estejam cadastradas no censo do Ministério da Educação. Diferentemente do PNBE, que envia obras anualmente, a Seduc realiza aquisições de livros de forma esporádica.

Além do PNBE, por meio do Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola (PRO Escola), de responsabilidade do governo estadual – que transfere recursos financeiros para as

unidades escolares do Estado – e por meio de ações e investimentos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as escolas recebem verbas e incentivos que poderiam servir a seu grupo gestor para a aquisição de livros, computadores, estantes e outros materiais para suas bibliotecas, mas a grande maioria das escolas, por falta de conscientização e coordenação, não vêm a importância desses investimentos e acabam priorizando outras partes que não a biblioteca.¹

5 NORMAS ACERCA DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

As bibliotecas escolares contam com algumas normas, de âmbito nacional e estadual, que determinam sua existência e regem seu funcionamento. A nível federal há o Plano Nacional de Educação (PNE) e a nível estadual o Plano Estadual de Educação (PEE).

O PNE estipula o prazo de 1 a 5 anos, de 2001 a 2006, para a adequação das escolas públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas, de ensino fundamental e médio, em relação à existência de bibliotecas nas escolas. Estas devem atender a padrões mínimos quanto ao acervo, espaço físico, etc. Nos objetivos e metas para o ensino fundamental, o PNE (2001, p. 23) prevê em seu item 4

Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais, incluindo: [...] c) espaço para esporte, recreação, bibliotecas e serviço de merenda escolar; [...] e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas.

Nos objetivos e metas para o ensino médio, o PNE (Ibidem, p. 30) prevê em seu item 6:

Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o ensino médio, compatíveis com as realidades regionais, incluindo: [...] d) espaço para a biblioteca; [...] h) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos.

Na mesma linha do Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação também determina a existência de bibliotecas nas escolas públicas e privadas de nível

¹ Informações obtidas através de entrevista realizada com a então funcionária do Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais, da Superintendência de Ensino Fundamental, Rosa Helena de Paula Rodrigues, no dia 27 de julho de 2009.

fundamental e médio, mas com o prazo de 3 anos, contados a partir de 2008, para a adequação das escolas. Nos objetivos e metas do ensino fundamental, o PEE (2008, p. 30) prevê em seu item 8:

Garantir que no prazo de três (3) anos, contados a partir de 2008, todas as unidades escolares da rede pública e da iniciativa privada promovam a adaptação da estrutura física e a aquisição de acervos bibliográficos e equipamentos, de modo a atender aos padrões mínimos de qualidade, quanto a: [...] biblioteca, com títulos atualizados e compatíveis com o número de estudantes matriculados.

Nos objetivos e metas do ensino médio, o PEE (Ibidem, p.37) prevê em seu item 7:

Implementar, em quatro (4) anos a partir da vigência deste Plano, política de padrões mínimos de infra-estrutura física da rede, com prédios, número adequado de salas de aula, auditórios, dependências administrativas, quadras de esporte, bibliotecas, laboratórios, equipamentos de multimídia, telefones, reproduzidores de textos.

Em Goiás, a Seduc – através da Coordenação de Planejamento e Obras da Rede Física (Coref) – estabelece padrões mínimos para o funcionamento das bibliotecas escolares. Em relação ao espaço físico, as dimensões mínimas a serem seguidas são:

- a) 35 m² para escolas de porte V, IV e III – até 750 alunos;
- b) 40 m² para escolas de porte II – de 751 a 1500 alunos;
- c) 55 m² para escolas de porte I – acima de 1501 alunos. (VASCONCELOS, 2009, p. 22)

Quanto aos aspectos físicos,

- a) a biblioteca deverá ter largura suficiente para não ter aparência de corredor;
- b) iluminação satisfatória;
- c) janelas de forma que tornem o espaço arejado;
- d) localização privilegiada e de fácil acesso a portadores de necessidades especiais;
- e) espaço acolhedor e agradável para a realização de pesquisas e leitura. (Ibidem)

Já a fiscalização sobre as escolas é de responsabilidade do Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão fiscalizador, consultivo, deliberativo e normativo responsável por autorizar o funcionamento de todas as instituições de ensino mantidas pelo Estado – desde a educação fundamental até o ensino superior, representado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) – bem como todas as escolas particulares de educação básica – excluindo-se a educação infantil.

CONCLUSÃO

A biblioteca escolar é uma instituição importantíssima no processo de ensino-aprendizagem e estando ela inserida no âmbito da escola deve necessariamente trabalhar em conjunto com esta, de forma a contribuir com a formação intelectual dos alunos e servir de instrumento de auxílio aos professores quando na elaboração de seus planos de aula.

Infelizmente, ainda há diversos problemas que impedem o bom funcionamento das bibliotecas escolares, tanto no Brasil quanto em Goiás. Faltam investimentos, apoio governamental, conscientização por parte do grupo gestor das escolas da importância da biblioteca, espaço físico e acervos adequados, profissionais capacitados para atuar na gestão e organização da biblioteca, entre outros. Esse conjunto de problemas, como se não bastasse, além de impossibilitar o funcionamento adequado das bibliotecas ainda contribui para o distanciamento cada vez maior dos alunos do local que deveria ser uma segunda sala de aula, acolhedora e apta a contribuir com a assimilação e transmissão de conhecimento dos mesmos.

Constata-se que não existem profissionais com formação em Biblioteconomia nas bibliotecas escolares da rede pública estadual de ensino do Estado de Goiás, no lugar dos quais estão professores denominados de dinamizadores de biblioteca. O que ocorre, na verdade, é a substituição de um profissional com formação específica para atuação em bibliotecas por professores que não possuem essa mesma formação e acabam sendo “capacitados” nos cursos ministrados pela Secretaria de Estado da Educação.

A precariedade das bibliotecas escolares na rede pública de ensino do Estado de Goiás começou a ser pensada tardiamente, a partir do ano 2000, quando o governo implantou o Programa Cantinho de Leitura – voltado para a disponibilização de livros de literatura infantil a alunos de 1^a a 4^a série – após o qual muitas outras iniciativas vieram, buscando estruturar as bibliotecas, seu acervo e seus recursos humanos.

Ainda assim, as bibliotecas escolares do Estado precisam passar por várias reformulações, mesmo porque é dever do Estado fornecer educação de qualidade a toda população, o que só será possível se a escola puder contar com ferramentas auxiliares da atividade de ensino, tais como bibliotecas, capazes de ampliar horizontes e formar cidadãos conscientes e ativos.

LIBRARY SCHOOL AND LIBRARIAN PROFESSIONAL: CASE STUDY IN THE PUBLIC SYSTEM TEACHING OF GOIÁS STATE

ABSTRACT

Analysis about school libraries and librarian professional – his importance and function – regarding both situations in Goiás. It demonstrate the operation and the current problems faced by the libraries of the public system teaching of the State, as well as the attempts to modify this situation, represented by the first public policies developed to wide and/or reformulate the school libraries and its resources. At last, it concerns the rules to nacional and state level which guarantee the good operation of the libraries and its effective performance in partnership with the school.

Key-words: School library. School librarian. Public policies. Education. Goiás.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Walda de Andrade. Onde estão as bibliotecas escolares? **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 58-107, jul./dez. 1987.
- ASSIS, Deire. Maior parte das escolas da rede estadual não tem biblioteca. **O Popular**, Goiânia, 23 mar. 2009. Cidades.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: biblioteca da escola**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=biblioteca_escola.html>. Acesso em: 25 de jul. 2009.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001. 98 p.
- BORBA, Maria do Socorro de Azevedo. A importância da biblioteca escolar. **Revista do Centro Sócio-econômico**, Belém, v. 2, n. 1, p. 1-11, mar. 1995.
- CARVALHO, Dóris de Queiroz. **Bibliotecas escolares: manual de organização e funcionamento**. Rio de Janeiro: FENAME, Dep. de Ensino Médio, 1972. 142 p.
- CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 63-72, jan./abr. 2003.
- CORRÊA, Elisa Cristina Delfini et al. Bibliotecário escolar: um educador? **Revista ACB**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p.107-123, 2002.
- FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteca escolar e a crise da educação**. São Paulo: Pioneira, 1983. 19 p. (Manuais de Estudo).
- GARCIA, Edson Gabriel (Org.). **Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Loyola, 1989. 108 p. (Práticas pedagógicas).
- GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/CP nº 193**, de 19 de agosto de 2005. Dispõe sobre a autorização de funcionamento para as unidades de educação básica do sistema educativo de Goiás dá outras providências. Goiânia: [s. n.], 2005.
- GOIÁS. **Plano Estadual de Educação 2008-2017**. Goiânia, 2008. 77 p.
- GOIÁS. Secretaria da Educação. **Diretrizes operacionais da rede pública estadual de ensino de Goiás 2009/2010**. Goiânia: [s. n.], 2009. 140 p.
- HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999.
- NEGRÃO, May Brooking. Da enciclopédia ao banco de dados: a biblioteca escolar e a educação para a informação. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 87-106, jul./dez. 1987.
- OLIVEIRA, Altamar Waldemar Silva et. al. (Orgs.). **Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais**. Goiânia: SEDUC, 2002. 59 p.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Filogênio de. A função da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 81-86, jul./dez. 1987.
- PINHEIRO, Luiz Cláudio. Comissão aprova exigência de universalização de biblioteca escolar. **Agência Câmara**, Brasília, DF, 17 jul. 2009. Aconteceu. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=%20137679>>. Acesso em: 25 de jul. 2009.
- SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995. 117 p.

SOUSA, Genoveva Alves de et. al. **Feira de Livros Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais**: manual de instruções para as escolas. Goiânia: SEDUC, 2001. 137 p.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Funções da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 67-80, jul./dez. 1987.

TURCHI, Maria Zaira et. al. (Orgs.). **Programas Cantinho de Leitura e Bibliotecas das Escolas Estaduais**: ampliação dos acervos. Goiânia: SEDUC, 2005. 144 p.

VALADARES, Ione Maria de Oliveira. **Feira de livros “Cantinho de Leitura”**: manual de instruções para as escolas. Goiânia: SEDUC, 2000. 80 p.

VASCONCELOS, Maria Luíza Batista Bretas (Org.). **Biblioteca escolar**: uma ponte para o conhecimento. Goiânia: SEDUC, 2009. 107 p.